



DE 15 A 19 MAIO DE 2017 NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ATIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

[Projeto de Lei 519/XIII](#)

Estabelece o regime de reparação de danos decorrentes de acidentes de trabalho dos bailarinos profissionais

Autoria: PV

[Projeto de Lei 520/XIII](#)

Consagra o regime especial de acesso à pensão de invalidez e velhice dos trabalhadores das pedreiras

Autoria: BE

[Proposta de Lei 80/XIII](#)

Altera o Código do Imposto Único de Circulação, o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e prorroga a vigência dos benefícios fiscais relativos ao mecenato científico.

[Proposta de Lei 81/XIII](#)

Define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2017-2019

[Proposta de Lei 82/XIII](#)

Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 134/2015, de 24 de julho, que regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade aos cidadãos beneficiários, no âmbito dos serviços aéreos e marítimos entre o Continente e a Região Autónoma da Madeira e entre esta e a Região Autónoma dos Açores, prosseguindo objetivos de coesão social e territorial

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Projeto de Resolução 875/XIII](#)

Recomendação ao Governo para a realização urgente de um estudo sobre as implicações para a economia portuguesa da saída do Reino Unido da União Europeia

Autoria: PSD

ÚLTIMOS TEXTOS APROVADOS

[Decreto da Assembleia 100/XIII](#)

Estabelece o princípio da não privatização do setor da água, procedendo à quinta alteração à Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro



CUSTAS JUDICIAIS

OA – ORDEM DOS ADVOGADOS

[Parecer sobre o Projeto Lei n.º 399/XIII/2ª\(PCP\)](#)

Parecer sobre Projeto de Lei que cria a unidade para a revisão do regime das custas judiciais

[Parecer sobre Projeto de Lei n.º 408/XIII/2ª \(PAN\)](#)

Parecer sobre o Projeto Lei que garante o Acesso ao Direito e aos Tribunais tornando a atribuição do benefício de isenção de custas judiciais mais abrangente



ESTATUTO DO ADMINISTRADOR JUDICIAL

[Lei n.º 17/2017 - Diário da República n.º 94/2017, Série I de 2017-05-16](#)

Assembleia da República

Primeira alteração à [Lei n.º 22/2013](#), de 26 de fevereiro, que estabelece o estatuto do administrador judicial, equiparando os administradores judiciais aos agentes de execução, nomeadamente para efeitos de acesso ao registo informático das execuções e de consulta das bases de dados

 **FINANCEIRO**

BANCO DE PORTUGAL

[Nota de Informação Estatística - Posição de investimento internacional - março de 2017](#)

[Nota de Informação Estatística - Balança de pagamentos - março de 2017](#)

[Banco de Portugal atualiza indicadores das empresas não financeiras da Central de Balanços - 2013 a 2015](#)

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Indicadores de síntese dos organismos de investimento coletivo e dos fundos de investimento alternativo - abril 2017](#)

[Atualização das FAQ sobre o Regulamento da CMVM n.º 4/2015 - Supervisão de Auditoria](#)

[Indicadores de síntese dos Fundos de Investimento Imobiliário, FEII e FUNGEPI - abril 2017](#)

[CMVM submete à discussão pública a possibilidade de previsão no ordenamento jurídico nacional dos fundos de créditos](#)

OA – ORDEM DOS ADVOGADOS

[Parecer sobre a Proposta de Lei que cria o Regime Jurídico de Conversão de Créditos em Capital"](#)

O diploma proposto estabelece um mecanismo pelo qual os credores de uma sociedade poderão, verificado um conjunto de requisitos enunciados na lei, propor a essa sociedade a conversão dos seus créditos em capital após o que, caso tal proposta não seja aceite, poderão recorrer às instâncias judiciais para suprir a vontade da sociedade e dos seus sócios e obter o efeito pretendido.

 **FISCAL**

[Portaria n.º 162/2017 - Diário da República n.º 94/2017, Série I de 2017-05-16](#)

Finanças

Percentagem a afetar ao Fundo de Estabilização Tributário

LIVRE CIRCULAÇÃO E RESIDÊNCIA

[Portaria n.º 164/2017 - Diário da República n.º 96/2017, Série I de 2017-05-18](#)

Administração Interna

Alteração à [Portaria n.º 1334-D/2010](#), de 31 de dezembro

MORTE MEDICAMENTE ASSISTIDA

OA – ORDEM DOS ADVOGADOS

[Parecer sobre Projeto de Lei n.º 418/XIII/2ª \(PAN\)](#)

Parecer sobre o Projeto de Lei que regula o acesso à morte medicamente assistida

PDR 2020 – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO CONTINENTE

[Portaria n.º 166/2017 - Diário da República n.º 97/2017, Série I de 2017-05-19](#)

Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Estabelece o regime de aplicação do apoio 7.8.4, «Conservação e melhoramento de recursos genéticos vegetais», integrado na ação n.º 7.8, «Recursos genéticos», da medida n.º 7, «Agricultura e recursos naturais», inserida na área n.º 3, «Ambiente, eficiência no uso dos recursos e clima», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020

REDE JUDICIÁRIA EUROPEIA EM MATÉRIA CIVIL E COMERCIAL

A [Rede Judiciária Europeia em matéria civil e comercial \(RIE-civil\)](#), criada pela Decisão do Conselho 2001/470/CE de 28 de maio de 2001, é uma estrutura flexível, não burocrática, que trabalha de forma informal e visa simplificar a cooperação judiciária entre os Estados-Membros. Presta apoio não oficial às autoridades centrais, conforme estipulado nos seus instrumentos, e facilita as relações entre diferentes tribunais.

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.



ANACOM – AUTORIDADE NACIONAL DE COMUNICAÇÕES

[Regulamento n.º 255/2017 - Diário da República n.º 94/2017, Série II de 2017-05-16](#)

Autoridade Nacional de Comunicações

Regulamento sobre prestação de informação de natureza estatística

[Revisão intercalar da Estratégia para o Mercado Único Digital](#)

Publicada pela Comissão Europeia a 10.05.2017, apela à rápida adoção de propostas fundamentais e apresenta os desafios futuros.
16.05.2017

[Comissão Europeia publica relatório sobre progresso digital europeu](#)

Relatório apresenta o progresso das políticas digitais na Europa.
19.05.2017

[Regulamento sobre prestação de informação de natureza estatística](#)

Diploma entrou em vigor a 17.05.2017.
19.05.2017



[Decreto Legislativo Regional n.º 5/2017/A - Diário da República n.º 95/2017, Série I de 2017-05-17](#)

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Orientações de Médio Prazo 2017/2020

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 7/2017/A - Diário da República n.º 96/2017, Série I de 2017-05-18](#)

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Recomenda ao Governo Regional que proceda à regularização do pagamento do complemento açoriano ao abono de família para crianças e jovens

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 8/2017/A - Diário da República n.º 97/2017, Série I de 2017-05-19](#)

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Garantia de reserva com confirmação prévia de lugar na tarifa promocional interjovem/SATA

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA UE

ATOS LEGISLATIVOS

Financeiro

Regulamento (UE) 2017/826 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de maio de 2017, que cria um [programa da União de apoio a atividades específicas que visam reforçar a participação dos consumidores e de outros utilizadores finais dos serviços financeiros na elaboração das políticas da União no domínio dos serviços financeiros para o período 2017-2020](#)

Regulamento (UE) 2017/827 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de maio de 2017, que [altera o Regulamento \(UE\) n.º 258/2014 que cria um programa da União de apoio a atividades específicas no domínio da informação financeira e da auditoria para o período 2014-2020](#)

Societário

Diretiva (UE) 2017/828 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de maio de 2017, que [altera a Diretiva 2007/36/CE no que se refere aos incentivos ao envolvimento dos acionistas a longo prazo](#)

Programa de Apoio às Reformas Estruturais

Regulamento (UE) 2017/825 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de maio de 2017, relativo à [criação do Programa de Apoio às Reformas Estruturais para o período 2017-2020 e que altera os Regulamentos \(UE\) n.º 1303/2013 e \(UE\) n.º 1305/2013](#)

ATOS NÃO LEGISLATIVOS

Acordos Internacionais

Acordo ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/1017 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de junho de 2015, que [cria o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos, a Plataforma Europeia de Aconselhamento ao Investimento e o Portal Europeu de Projetos de Investimento e que altera os Regulamentos \(UE\) n.º 1291/2013 e \(UE\) n.º 1316/2013 — Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#)

Atividade de seguros e resseguros

Regulamento de Execução (UE) 2017/812 da Comissão, de 15 de maio de 2017, que [estabelece as informações técnicas para o cálculo das provisões técnicas e dos fundos próprios de base para efeitos do relato com uma data de referência compreendida entre 31 de março e 29 de junho de 2017, em conformidade com a Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício](#)

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

Ambiente

Decisão (UE) 2017/848 da Comissão, de 17 de maio de 2017, que [estabelece os critérios e as normas metodológicas de avaliação do bom estado ambiental das águas marinhas, bem como especificações e métodos normalizados para a sua monitorização e avaliação, e que revoga a Decisão 2010/477/UE](#)

Fiscal

Decisão (UE) 2017/846 do Parlamento Europeu, de 16 de março de 2017, que [prorroga a duração do mandato da Comissão de inquérito para investigar alegadas contravenções ou má administração na aplicação do direito da União relacionadas com o branqueamento de capitais e com a elisão e a evasão fiscais](#)

Penal

Decisão (UE) 2017/865 do Conselho, de 11 de maio de 2017, relativa [à assinatura, em nome da União Europeia, da Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica no que diz respeito a matérias relativas à cooperação judiciária em matéria penal](#)

Decisão (UE) 2017/866 do Conselho, de 11 de maio de 2017, relativa [à assinatura, em nome da União Europeia, da Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica no que diz respeito ao asilo e à não repulsão](#)

Sistema de Preferências Pautais Generalizadas

Regulamento Delegado (UE) 2017/836 da Comissão, de 11 de janeiro de 2017, que [altera o anexo III do Regulamento \(UE\) n.º 978/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à aplicação de um sistema de preferências pautais generalizadas](#)

Transferência Parcial de Propriedade

Regulamento Delegado (UE) 2017/867 da Comissão, de 7 de fevereiro de 2017, relativo às [classes de acordos que devem ser protegidos em caso de uma transferência parcial de propriedade nos termos do artigo 76.º da Diretiva 2014/59/UE do Parlamento Europeu e do Conselho](#)



COMISSÃO EUROPEIA

[Recolocação e reinstalação: Comissão insta os Estados-Membros a cumprirem as suas obrigações](#)

A Comissão adotou o 12.º relatório sobre os progressos realizados a nível dos regimes de recolocação e reinstalação de emergência da UE, no qual se avalia as medidas adotadas desde 12 de abril de 2017.

[Agenda Europeia para a Segurança: Comissão apresenta nova abordagem sobre a interoperabilidade dos sistemas de informação](#)

A Comissão Europeia apresentou o sétimo relatório sobre os progressos alcançados na criação de uma União da Segurança genuína e eficaz.

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Auxílios estatais: Comissão simplifica as regras aplicáveis aos investimentos públicos nos portos e aeroportos, na cultura e nas regiões ultraperiféricas](#)

A Comissão Europeia aprovou novas regras em matéria de auxílios estatais que isentam do controlo prévio da Comissão certas medidas de apoio público a portos, aeroportos, projetos culturais, bem como às regiões ultraperiféricas. O objetivo é facilitar o investimento público para a criação de emprego e crescimento e, ao mesmo tempo, manter a concorrência.

[Uma Política Europeia de Vizinhança revista: apoio à estabilização, resiliência e segurança](#)

A PEV foi revista em 2015 com o intuito de dar resposta aos novos desafios colocados por uma vizinhança em evolução. O relatório revelou os resultados obtidos na sequência de uma nova abordagem baseada na diferenciação, na co-apropriação e na flexibilidade.

[Comissão Europeia publica relatório sobre a aplicação da Carta dos Direitos Fundamentais na UE em 2016](#)

A Comissão Europeia publicou o seu relatório anual sobre a aplicação da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia



CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA

Brexit

[Atualização: Comunicação do Presidente Donald Tusk ao Parlamento Europeu sobre o Conselho Europeu extraordinário \(Art. 50\) de 29 de abril](#)

O Presidente Donald Tusk apresentou à sessão plenária do Parlamento Europeu, em Estrasburgo, os resultados do Conselho Europeu extraordinário (art. 50.º) de 29 de abril de 2017.

Financeiro

[Adotadas regras sobre fundos do mercado monetário](#)

O Conselho adotou um regulamento sobre os fundos do mercado monetário destinado a apoiar o papel que o mercado de 1 bilião de euros desempenha no financiamento da economia.

[União dos mercados de capitais: adotadas novas regras aplicáveis aos prospetos](#)

O Conselho adotou novas regras aplicáveis aos prospetos para a emissão e oferta de valores mobiliários, um elemento fundamental do plano da UE para desenvolver uma união dos mercados de capitais.

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

PARLAMENTO EUROPEU

[O futuro da UE: como influenciar e aproveitar os benefícios da globalização?](#)

A globalização oferece um grande potencial para criar riqueza e emprego, mas como podemos dar resposta aos desafios? Há muito que a UE tenta aproveitar os benefícios da globalização ao mesmo tempo que tenta atenuar os seus efeitos negativos, estabelecendo regras e trabalhando em conjunto com outros países. Fique a conhecer o trabalho do Parlamento Europeu, no momento em que os eurodeputados debatem o documento de reflexão da Comissão Europeia sobre o tema

[PE propõe medidas para reduzir para metade desperdício alimentar na UE](#)

O Parlamento Europeu instou os países da UE a tomarem medidas para reduzir para metade o desperdício alimentar até 2030. As isenções fiscais sobre as doações de alimentos e a prestação de informação clara aos consumidores sobre os rótulos “consumir de preferência antes de” e “data-limite de consumo” são algumas das questões tratadas no relatório aprovado em plenário

[PE debate planos para proteger cidadãos dos efeitos negativos da globalização](#)

Os eurodeputados defenderam hoje que a UE deve dar uma resposta mais robusta à globalização de modo a proteger os cidadãos dos seus efeitos negativos.

[Brexit: Eurodeputados saúdam unidade dos 27 e defendem reforma da UE](#)

Os eurodeputados congratularam-se com a unidade dos 27 Estados-Membros e das instituições europeias sobre as orientações políticas para as futuras negociações com o Reino Unido, adotadas numa cimeira realizada em 29 de abril. Num debate em plenário, vários parlamentares defenderam também a necessidade de se proceder a uma reforma da UE para dar resposta às preocupações dos cidadãos e para tornar mais visíveis os benefícios da integração europeia

[ONU: Guterres apela a uma UE forte e unida para lidar com os desafios globais](#)

A multiplicação dos conflitos, as violações dos direitos humanos, as alterações climáticas e o impacto da globalização foram os principais desafios globais identificados pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, durante o seu discurso no Parlamento Europeu esta quarta-feira, 17 de maio, em Estrasburgo. “Uma Europa forte e unida é fundamental para uma Organização das Nações Unidas forte e eficaz”, disse perante os eurodeputados.

["Streaming" sem fronteiras em breve na UE](#)

O Parlamento Europeu votou novas regras para garantir que os cidadãos europeus têm acesso aos serviços de conteúdo em linha que adquiriram no país de residência sempre que se encontrem temporariamente noutro país da EU

[Digital: Europeus vão poder aceder a filmes, música e jogos noutros países da UE](#)

O Parlamento Europeu aprovou novas regras que permitem que as pessoas que comprem legalmente conteúdos em linha, como filmes, séries televisivas ou jogos de futebol, no seu Estado-Membro de residência tenham acesso a esses conteúdos quando se encontrem temporariamente noutro país da UE, por exemplo, em férias, viagens de negócios ou estadias de estudantes. As novas normas serão aplicáveis a partir de 2018

PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 18 DE MAIO DE 2017

[Foi aprovado, entre outros, o seguinte:](#)

- Proposta de lei, a submeter à Assembleia da República, para alteração ao Código Penal, incidindo fundamentalmente sobre o regime de permanência na habitação e a prisão por dias livres e o regime de semidetenção.
- Revisão do Código dos Contratos Públicos, em linha com a alteração do quadro legal europeu no que respeita esta matéria (Diretivas 2014/23/UE, 2014/24/UE e 2014/25/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, e Diretiva 2014/55/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014).
- Estratégia Nacional de Gestão Integrada de Fronteiras, que visa salvaguardar a segurança interna.
- Proposta de lei que altera o regime de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território nacional e transpõe as Diretivas 2014/36/UE, 2014/66/UE e 2016/801, de 11 de maio.
- Proposta de lei de autorização legislativa que tem por objeto regular o acesso e o exercício da atividade de intermediário de crédito e da prestação de serviços de consultoria relativamente a contratos de crédito a celebrar com consumidores e instituir um regime de controlo de idoneidade, conhecimentos e competências e da isenção.
- Decreto-lei que modifica o regime de gestão coletiva dos direitos de autor e direitos conexos e concessão de licenças multiterritoriais de direitos sobre obras musicais para utilização em linha no mercado interno, alterando a Lei n.º 26/2015, de 14 de abril, e transpondo para o direito interno a Diretiva n.º 2014/26/UE. O diploma altera também disposições do Código dos Direitos de Autor e dos Direitos Conexos relativas ao regime contraordenacional aplicável, bem como o anexo da Lei n.º 62/98, de 01 de setembro, conhecida como Lei da Cópia Privada.
- Foi transposta parcialmente a diretiva europeia relativa ao estabelecimento das regras aplicáveis aos contratos de crédito a consumidores garantidos por hipoteca ou por outro direito sobre coisa imóvel (Diretiva 2014/17/UE).
- Proposta de lei que transpõe parcialmente a Diretiva 2014/91/UE, visando a regulação das políticas de remuneração das entidades gestoras de fundos de investimento, a intensificação dos requisitos e das obrigações dos depositários e o estabelecimento de um regime sancionatório substantivamente mais robusto e completo.

(...)

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

PROGRAMA CAPITALIZAR

O Conselho de Ministros adotou um novo pacote legislativo, no âmbito do [Programa Capitalizar](#), que cumpre mais uma etapa na estratégia de capitalização das empresas, assumida como estrutural para o relançamento da economia e para a criação de emprego. Os objetivos das novas medidas prendem-se com a melhoria da eficácia nos processos de reestruturação empresarial e de insolvência; a alavancagem financeira das empresas; e a dinamização do mercado de capitais.

O Governo dá assim mais um passo fundamental na implementação do Programa Capitalizar, através da concretização de medidas de quatro dos cinco eixos estratégicos do Programa, que tem por objetivo a capitalização das Pequenas e Médias Empresas (PME), a promoção de estruturas financeiras nas empresas mais equilibradas, a redução dos passivos das empresas economicamente viáveis, bem como a melhoria das condições de acesso ao financiamento por parte das Micro e PME.

(...)

A presente Newslextter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslextter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contate-nos: plmjlaw@plmj.pt.

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano
Who's Who Legal 2016, 2015, 2011-2006
Chambers European Excellence Awards 2014, 2012, 2009

 Sociedade de Advogados Ibérica do Ano
The Lawyer European Awards 2015-2012

 Top 5 - Game Changers dos últimos 10 anos
Top 50 - Sociedades de Advogados mais Inovadoras da Europa
Financial Times - Innovative Lawyers Awards 2015 - 2011